



## **Acesso e qualidade**

### **Propostas da Área de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo**

A Pinacoteca do Estado de São Paulo é um museu de arte que tem seu acervo de cerca de 6.000 peças, 1.300 das quais em exposição de longa duração, voltado para a arte brasileira dos séculos XIX e XX.

Este acervo é público e deve cumprir seu papel de representação cultural dos habitantes do Estado.

As obras que se encontram no museu podem ser entendidas como significantes uma vez que foram eleitas, entre outras, para serem adquiridas com dinheiro público para compor um acervo público.

Mas, eleitas por quem? A quem – de fato – estas obras representam?

A aparente condição elitista da arte tem por obrigação revelar-se equivocada quando se trata de um acervo público.

Em pesquisa realizada de junho a julho de 2002 para verificar o perfil do público espontâneo visitante do museu, percebeu-se que os freqüentadores apresentavam em sua maioria um perfil de alta escolaridade e de situação sócio econômica estável, com renda mensal média a alta.

Estes resultados apontavam, para além do perfil dos visitantes, o perfil dos não-visitantes, ou seja, localizavam principalmente quem não era freqüentador do museu.



Desta forma, coube à Área de Ação Educativa compreender estas ausências e gerar ações capazes de revertê-las.

Partimos do pressuposto que de que nós, seres humanos, somos naturais produtores de cultura material, o que faz com que aquilo a que chamamos de arte e que participa da produção material humana, faça parte *do que* somos e revele *como* somos, podendo transformar-se em valioso instrumento de auto-conhecimento e de conhecimento da sociedade de entorno, contribuindo positivamente na formação dos indivíduos.

Mas como fazer o público fruir mais e melhor um acervo que é seu?

Em princípio é necessário definir o que chamamos de acesso, ou seja, ao tratar as possibilidades de inclusão, garantindo o acesso de públicos não freqüentadores de museus e/ou equipamentos culturais a este universo, o que está sendo garantido?

Devido à situação sócio-econômica da população brasileira em geral, poderíamos pensar que a inacessibilidade se deve ao valor do ingresso cobrado para entrada ao museu, porém como dado concreto temos a situação de diversos equipamentos culturais gratuitos que não necessariamente tem sua visitação ampliada em virtude deste fato.

A gratuidade de ingresso, entretanto, apenas garante a acessibilidade física do visitante, porém, uma vez dentro do espaço do museu como será a visita deste “incluído”?

Da mesma forma, garantir rampas e elevadores como forma de fazer adentrar ao espaço do museu os cadeirantes ou pessoas portadoras de necessidades físicas recai na mesma questão: uma vez lá dentro, o que fazer?



Nos parece evidente que os objetos resguardados pelos museus – principalmente no caso da arte - são potencialmente autônomos, ou seja, é possível visitar o museu como uma forma de lazer e se satisfazer com este percurso. Estamos, entretanto, ampliar o potencial de autonomia da arte em seus processos de fruição para que o mesmo compreenda a dimensão do conhecimento e alargue a própria dimensão do prazer da visita.

Garantir o acesso do público ao museu ganha, nesta perspectiva, uma nova dimensão. Trata-se de garantir não só o acesso físico ao espaço expositivo, mas de criar sistemas capazes de promover o acesso perceptivo aos códigos da arte; acesso cognitivo à compreensão da arte e acesso afetivo, garantindo o reconhecimento, por parte dos visitantes, de que estas obras – antes distantes - participam e contribuem para a construção de sua própria identidade, da compreensão da identidade do todo social na qual o indivíduo se insere.

Explorar estes potenciais de acessibilidade é uma das funções das áreas de ação educativa dos museus de arte.